

Negociação entra em fase decisiva

Comitê de bancos prepara novos cálculos sobre a situação do total da dívida

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — O comitê de bancos credores tem em mãos novos números para a negociação com o Brasil, que entra esta semana numa fase decisiva — na quarta-feira, o FMI deve aprovar o programa de estabilização da economia do País. A julgar por uma simulação feita pelo comitê no mês passado, o acordo da dívida externa brasileira poderia ser fechado com o aporte de US\$ 3,15 bilhões de garantias pelo País. Embora seja muito mais do que os US\$ 2 bilhões que o Brasil ofereceu para lastrear os novos papéis da dívida que emitirá, o montante é bem menor do que os US\$ 4 bilhões que os credores pediram inicialmente. Segundo uma fonte financeira, a simulação contém outra informação im-

portante: o total da dívida em discussão é de US\$ 40 bilhões, e não US\$ 50 bilhões, como é mencionado com frequência.

A diferença são os US\$ 6 bilhões que o País deve às agências de bancos brasileiros no Exterior e outros US\$ 4 bilhões, relativos aos empréstimos que o Brasil recebeu no acordo de 1988. Os créditos externos dos bancos brasileiros, que foram incluídos nos acordos de reestruturação anteriores, serão negociados separadamente. Segundo uma fonte oficial qualificada, essa parte da dívida “prestase a soluções criativas”. Quanto aos US\$ 4 bilhões do “dinheiro novo” de 1988, o governo concordou em dar-lhes tratamento diferenciado.

O negociador brasileiro Pedro Malan acha que a reta final poderá ser mais de-

morada do que o governo gostaria. Declarações recentes do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e do presidente do Banco Central, Francisco Gros, sugerem que, depois de assegurar o apoio do Fundo, o Brasil pode engrossar com os bancos.

O pomo da discórdia das negociações continua a ser o montante das garantias. Em vista das dificuldades alegadas pelo Brasil para aumentar o montante de garantias de forma substancial, os bancos sugeriram um acordo provisório, que seria transformando num negócio definitivo quando o País tivesse acesso a novos fundos para lastrear os papéis entregues aos bancos.

Duas semanas atrás, de passagem por Washington, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, indi-

cou que o Brasil poderá até abandonar a mesa de negociações se os bancos insistirem num acordo provisório. Gros entende que ao Brasil só interessa “um acordo definitivo, que resolva o problema das expectativas”. A nova contraproposta que o negociador Pedro Malan deve apresentar ao comitê, na terça-feira, foi calibrada para tornar mais atraentes os três papéis do pacote que não requerem garantias: um bônus de dinheiro novo, um bônus de capitalização e uma opção de reestruturação dos contratos existentes. O governo deve propor novo prazo para a vigência de garantias de juros, que aceitou considerar. Os bancos já baixaram a reivindicação inicial para 11 meses. É improvável, contudo, que o Brasil feche o negócio por algo superior à faixa de 9 a 12 meses.